

ENERGIA, COMPETITIVIDADE ECONÓMICA E O FUTURO DE PORTUGAL

1. No dia 7 de Abril de 2010, os signatários publicaram um Manifesto solicitando uma avaliação da política energética nacional, de forma a ter em conta todas as alternativas energéticas actualmente disponíveis, com o objectivo inequívoco de reduzir os preços da energia com que são confrontados os cidadãos e as empresas, a par de garantir uma maior segurança energética e uma verdadeira redução do défice da balança comercial.
2. Infelizmente, e sem que se tenha promovido essa avaliação, todas as afirmações daquele documento foram comprovadas e quantificadas:

- a) No recente estudo promovido pelo Banco BPI, uma excelente contribuição para este debate, numa altura em que é necessário proceder à reforma estrutural de vários sectores da nossa economia, de modo a inflectir o trajecto ruinoso que esta seguiu na última década.
- b) Numa tomada de posição pública promovida pela DECO, mediante uma petição que reuniu mais de 170 000 assinaturas.
- c) Na proposta de tarifas para 2011 da ERSE, que mereceu do seu Conselho Tarifário comentários sobre a insustentabilidade do sistema actual, que pela sua importância transcrevemos alguns parágrafos:

11. “Assim, o CT entende que é imperioso apelar a uma reflexão ousada procurando alcançar medidas urgentes visando uma redução dos CIEG’s no sector eléctrico. Nos últimos dois anos, foi possível amenizar este impacte graças aos ajustamentos de anos anteriores (em favor das tarifas) mas teme o CT que tal situação possa, muito provavelmente, não voltar a acontecer (ou com valores sem significado).

12. Julga o CT que é a própria sustentabilidade do sector que está em jogo podendo esta situação gerar níveis insustentáveis e socialmente inaceitáveis já no ano de 2012.

13. Reitera, assim, o CT o seu apelo à ERSE para que esta promova as necessárias diligências junto das entidades competentes com vista à rápida inflexão desta trajectória, procurando, nomeadamente, que são os próprios objectivos e eficácia da regulação do sector que estão em causa”.

Importa acentuar que a parcela mais elevada dos CIEG (Custos de Interesse Económico Geral) é a do sobrecusto da Produção em Regime Especial, em que se destaca a energia de origem eólica.

3. Quando os factores de produção crescem mais do que o consumo, algo de errado se passa. Estamos a ter para a energia eléctrica em Portugal:
 - 1,7 % de crescimento médio anual de consumo de electricidade
 - 20 % de crescimento médio da Produção em Regime Especial
 - 2,7% de crescimento médio de potência térmica ordinária

Tal significa:

- Potencia instalada a crescer muito mais do que a ponta de consumo e do que a potencia média (correspondente ao consumo anual);
- Criação de grandes custos fixos ociosos nas eólicas (que apenas trabalham, em média, 25% do ano) e necessidade de investimentos em centrais de bombagem à noite e em centrais térmicas de dia que vão trabalhar apenas como apoio das eólicas devido à volatilidade destas, quando estavam dimensionadas para trabalhar na base do diagrama de cargas;
- Redução de importação de carvão por via da produção eólica que tem de ser comparada com os encargos financeiros adicionais do triplo investimento (eólico-bombagem-térmica de apoio), ainda por cima forçando essas térmicas a funcionar em regime sub-ótimo com capacidades ociosas. Não há assim poupança bruta mas apenas a substituição dum as importações por outras.

Há pois que questionar:

- a) Estamos numa época de contenção de investimentos intensivos; já há geração que chegue, sobretudo de a nova tiver de ser paga quer se consuma quer não.
 - b) É preciso rever os custos reais e as parcelas de custo escondidas da política energética que tem sido seguida (défice tarifário e subsídio fiscal);
 - c) É também preciso avaliar a criação de emprego realmente sustentável e que exportações a energia pode efectivamente promover.
4. Por outro lado, o objectivo do mercado é assegurar que as necessidades sejam satisfeitas com a maior eficiência possível, estimulando através da pressão competitiva, a capacidade de gestão e de inovação, na procura de soluções melhores com um consumo de recursos optimizado. Exactamente o contrário do monstro que se criou, em que toda a produção eléctrica é gerida politicamente e directa ou indirectamente subvencionada.

Impõe-se assim a paragem imediata do apoio concedido através de tarifas garantidas (*feed-in tariffs*), de novos projectos nas formas de geração já maduras tecnologicamente, passando esses novos projectos a assumirem os preços e os riscos de mercado. Por outro lado, o apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias energéticas e aos seus projectos de demonstração e protótipos deve passar a ser feito pelos instrumentos das Políticas Industrial e de I&DT e não mais através das tarifas garantidas.

Voltaremos a uma abordagem mais exaustiva desta matéria e do funcionamento do mercado da electricidade no nosso próximo texto:

5. Apesar do aumento sustentado do preço do petróleo que se vem verificando, é preciso ter a noção de que as energias renováveis eléctricas em nada reduzem a nossa dependência do petróleo importado, na medida em que:
 - Em Portugal desde há muito que o petróleo não é utilizado de forma significativa na produção de electricidade.
 - O consumo de petróleo para fins energéticos verifica-se basicamente no sector dos transportes, que recorrem aos combustíveis líquidos extraídos do petróleo.

No passado dia 6 de Abril, isto é, um ano passado sobre o alerta levantado pelos signatários, o Governo de Portugal entregou o pedido de ajuda ao Fundo de Estabilização Financeira Europeia e ao FMI, pela situação insustentável das finanças públicas e do financiamento da economia.

É pois necessário que se faça também, no contexto da situação das finanças públicas e da competitividade da economia, a avaliação quer da política seguida no sector energético quer das formas de financiamento dum défice tarifário em bola de neve, no caso de não haver inflexão dessas políticas.

Maio 2011